

SUMÁRIO

1. COMPRAS GOVERNAMENTAIS: O PODER REGULAMENTAR NOS ESTADOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO	
1.1 A presença do Estado	15
1.2 A noção de Estado	17
1.3 Evolução histórica: um recorte a partir da Idade Moderna	17
1.4 Formas de Estado e formas de governo	21
1.4.1 Estado unitário	23
1.4.2 Estado federal	26
1.5 A forma e os sistemas de governo do Estado Português e Brasileiro	29
1.5.1 Forma de governo	29
1.5.2 O sistema de governo português	30
1.5.3 O sistema de governo brasileiro	34
1.6 União Europeia: do Tratado às diretivas	38
1.6.1 O Tratado da União Europeia como fonte de direito da contratação pública	39
1.6.2 A noção de diretiva	41
1.7 Mercosul: o panorama das compras governamentais	46
O PODER REGULAMENTAR – Quadro resumo comparativo	50
2 COMPRAS GOVERNAMENTAIS EM PORTUGAL E BRASIL	52
2.1 Correspondência de termos: concurso e licitação	53
2.2 Código dos Contratos Públicos: uma visão geral	54
2.2.1 O âmbito de aplicação do Código	58
2.2.2 Tipos de procedimentos para a formação de contratos	59
2.2.3 Princípios e direito aplicável	60
2.2.4. Críticas ao Código	61
2.3 A licitação no Brasil: visão geral	62
2.3.1 A Lei 8.666 de 1993 – Lei de Licitações	63
2.3.2 Licitação: processo ou procedimento?	63
2.3.3 Âmbito de aplicação da Lei de Licitação	66
2.3.4 Modalidades de licitação	68
2.3.5 Princípios e direito aplicável	69
2.3.6. Críticas à Lei de Licitações	72
2.4 Conclusões comparativas parciais	73
3 A CONTRATAÇÃO DIRETA	76
3.1 Noção de ajuste direto no direito português	77
3.2 Hipóteses de aplicação do ajuste direto	78
3.3 O regime geral e o regime material	79
3.3.1 O regime geral	79
3.3.2 Regime material	80
3.3.3 As hipóteses materiais de aplicação do ajuste direto	81
3.4 Eficácia dos contratos formados por ajuste direto	83
3.5 Tramitação procedimental do ajuste direto	83
3.6 Peças do ajuste direto	84
3.7 Fases do procedimento do ajuste direto	86
3.8 Contratação direta no direito brasileiro	88
3.8.1 Contratação direta: regra ou exceção?	88
3.8.2 Licitação dispensada, dispensável e inexigível	89
3.8.3 Conteúdo e possibilidade de licitar frente às excepcionalidades da Lei de Licitação	90
3.8.4 Hipóteses de contratação direta na Lei de Licitações	90
3.8.4 Hipóteses de contratação direta na Lei de Licitações	90
3.8.5 Formalidades atinentes à contratação direta	94
3.8.6 Contratação Direta: leis e regulamentos	101
3.9 Conclusões comparativas parciais	104
4 CONCLUSÕES FINAIS	108
4.1 Considerações sobre os capítulos um, dois e três	108
4.2. Conclusão Final	110
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	112